

ANTÓNIO COSTA PINTO · ANDRÉ PARIS

25

ABRIL

50 ANOS DE DEMOCRACIA





Celebrar a Democracia

■ Durante quase meio século, Portugal viveu sob um regime ditatorial, de partido único, em que a censura, a repressão e o uso da violência foram instrumentos centrais de atuação do Estado. Um país analfabeto e pobre, com profundas desigualdades e onde apenas tardiamente se admitiu uma possibilidade de mobilidade social. Um país que travou, durante 13 anos, uma guerra colonial em várias frentes, que comprometeu o futuro de milhares de jovens e o deixou isolado na arena internacional. Um país «orgulhosamente só».

Quando, a 25 de abril de 1974, um grupo de jovens capitães levou a cabo um golpe de Estado que, em menos de 24 horas, derrubou essa longa ditadura (1926-1974), o rumo da história nacional mudou decisivamente. As suas vidas, assim como as de milhares de portugueses, alteraram-se radicalmente.



50 Anos de Democracia em Portugal. Uma Introdução

Primeira manifestação do 1.º de Maio, 1974.
© Félix Esteves



O secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, discursa na conferência nacional do partido para anunciar o candidato às eleições presidenciais. Lisboa, 28 de outubro de 1980.
© Manuel Moura/Lusa

dissolvido pelo presidente se aquele aprovasse uma moção de censura ou rejeitasse um programa de governo por três vezes consecutivas.

Em 1982, a Constituição foi revista com o apoio dos partidos de direita e do PS. Esta revisão teve um duplo objetivo: circunscrever os poderes do presidente e subordinar os militares ao poder civil. A revisão limitou os poderes do presidente para poder demitir o governo – apenas em circunstâncias excecionais, para assegurar o «regular funcionamento das instituições democráticas». Porém, o poder do presidente para dissolver o Parlamento foi mantido. A segunda mudança importante foi na relação entre o presidente e o governo. Antes, o governo tinha responsabilidade política perante o presidente e a Assembleia da República; agora, o primeiro-ministro, que também tinha responsabilidade política perante o presidente, passou ape-

O presidente da República, Jorge Sampaio, cumprimenta o ex-primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, no final da cerimónia de tomada de posse do XVII Governo Constitucional, liderado por José Sócrates, em 12 de março de 2005.
© Inácio Rosa/Lusa



José Manuel Durão Barroso anuncia, durante uma conferência de imprensa em 29 de junho de 2004, que aceitou ser presidente da Comissão Europeia, após um encontro com o presidente Jorge Sampaio no Palácio de Belém.
© Paulo Carriço/Lusa



primeiro-ministro, José Manuel Durão Barroso, após ser convidado para a presidência da Comissão Europeia. O presidente à época, Jorge Sampaio, entendeu dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas, pondo fim ao governo de coligação PPD/PSD-CDS/PP, que tinha maioria absoluta, liderado pelo primeiro-ministro Pedro Santana Lopes, sucessor de Durão Barroso. A redução dos poderes presidenciais foi acompanhada pelo aumento do poder do Parlamento e do executivo. Houve também uma simplificação dos procedimentos necessários para derrubar um governo, ou seja, passou a bastar uma moção de censura para derrubar o

nas a tê-la perante o Parlamento. Restringiu-se os poderes do presidente para demitir o governo. Contudo, o artigo 195.º ficou vago, dando ao presidente a capacidade de demitir o governo se entender que em tempos de «instabilidade política» esta medida é necessária, não ficando claro na Constituição o que é o «regular funcionamento das instituições democráticas». Para a dissolução do Parlamento, também não foi explicitada a necessidade de razão presidencial. Este cenário político veio a ocorrer em novembro de 2004, depois da demissão do

1

A Consolidação Democrática

Desfile do 32.º aniversário da Revolução de Abril, em 2006, entre o Marquês de Pombal e o Rossio.
© João Relvas/Lusa



I Governo Constitucional após remodelação. Mário Soares, Sottomayor Cardia, Almeida Santos, Mota Pinto, Firmino Miguel, Nobre da Costa, Medeiros Ferreira, Henrique de Barros, António Barreto, Costa Brás, Medina Carreira, João Almeida Pina, Eduardo Pereira, Maldonado Gonelha, Rui Vilar, António Campinos, Sousa Gomes, Armando Bacelar e Manuel Alegre.
© Lusa

Motivavam o governo e fundamentavam essa opção estratégica dois objetivos: em primeiro lugar, a consolidação da democracia que a entrada de Portugal na Comunidade assegurava; em segundo lugar, a modernização e o desenvolvimento económico que as ajudas comunitárias favoreciam. Os receios dos economistas portugueses eram grandes e a maioria expressava reservas sobre o impacto da adesão sobre alguns setores da economia portuguesa.

Ao pedido de adesão seguir-se-ia um longo e complexo processo de negociação, o qual se estenderia por quase sete anos. Um passo prévio para as negociações tinha sido dado, logo em setembro 1976, com a revisão do Acordo Comercial de Portugal com a CEE de 1972, através da assinatura de um protocolo adicional e de um protocolo financeiro, que seriam interpre-

tados em Portugal como uma certa forma de pré-adesão. Mas as negociações formais vão arrastar-se entre outubro de 1978 e junho de 1985.

A partir de 1983, Portugal era uma democracia consolidada, com as suas instituições democráticas a funcionar em pleno e, conseqüentemente, sem qualquer razão interna para que não se concluíssem rapidamente e com sucesso as negociações de adesão à CEE.

Carta do primeiro-ministro, Mário Soares, datada de 28 de março de 1977, pedindo a adesão de Portugal à CEE e ao lado a assinatura do mesmo no Tratado de Adesão em 12 de junho.
© António Cotrim/Lusa



os seus pares para garantir o desenvolvimento e a melhoria da União. No Conselho Europeu de março de 2000, a presidência portuguesa obteve a aprovação da Estratégia de Lisboa, uma declaração de princípios que procurava colocar a UE como a principal economia mundial dentro de uma década.

O alargamento da UE a leste assinalou o início do fim da eurofilia portuguesa. Nesta altura, fatores internos e externos contribuíram para que os portugueses adquirissem uma perceção mais realista da sua pertença à União Europeia. O ano de 2001, com a demissão do primeiro-ministro António Guterres e a convocação de eleições antecipadas, foi acompanhado por uma recessão económica e financeira baseada na queda do consumo interno e na perda de competitividade. Os novos Estados-membros eram mais atraentes para

O presidente da República, Jorge Sampaio, recebe em audiência o secretário-geral do PS, António Guterres, convidando-o a formar um novo governo após a vitória eleitoral alcançada pelo Partido Socialista nas eleições legislativas de 1999.
© António Cotrim/Lusa



O primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, discursa na reunião ministerial da NATO, na presença do secretário-geral da organização, Javier Solana. Sintra, 30 de maio de 1997.
© Lusa

as empresas multinacionais que procuravam beneficiar dos salários mais baixos e da mão de obra qualificada disponíveis na Europa Central e Oriental. Portugal foi sem dúvida um dos países mais afetados pela deslocalização de empresas para Leste. Importa também referir as restrições financeiras decorrentes da União Económica e Monetária e da adesão ao euro, agravadas a partir de 2008 pela crise financeira. Durante a primeira década deste século, o PIB de Portugal divergiu da média da UE e da média dos seus parceiros de coesão. Em 1999, o PIB *per capita* de Portugal era de 68% do PIB *per capita* da UE e em 2008 tinha caído para 63%. Desenvolvimento económico e UE passariam a estar solidamente interligados, para o bem e para o mal, e percecionados como tal pela sociedade portuguesa.

A candidata às eleições presidenciais, Maria de Belém Roseira, cumprimenta um apoiante durante uma ação de campanha pelas ruas do Porto, a 22 de janeiro de 2016.
© Miguel A. Lopes/Lusa



dos pelo PSD (embora, pelo menos a título individual, muitas figuras do CDS tivessem declarado o apoio a Ferreira do Amaral nas presidenciais de 2001). De qualquer modo, desde 1976, nunca os dois partidos tiveram, na mesma eleição, candidatos próprios a disputar os votos da direita. Do lado esquerdo do espectro político, pelo contrário, a tendência tem sido para uma pulverização de candidatos oriundos de partidos diferentes ou, por vezes, do mesmo partido. Nos últimos anos, sobretudo desde que Jorge Sampaio deixou o

tou-se sempre uma tendência para o surgimento de mais candidaturas no espaço da esquerda do que no da direita. Basta considerar que, no capítulo das presidenciais, PSD e CDS nunca apresentaram candidatos próprios na mesma eleição, evitando assim a dispersão de votos à direita numa primeira volta. Não significa que a direita partidária tenha adotado sempre a mesma estratégia em eleições presidenciais. Em 1991, por exemplo, o PSD apoia a reeleição de Soares e o CDS apresenta Basílio Horta como candidato. Posteriormente, tanto em 1996 como em 2001, o CDS/PP não apoiou oficialmente os candidatos apresenta-

Palácio de Belém, esta tendência tem-se agravado pela incapacidade revelada pelo Partido Socialista em unificar numa única candidatura presidencial o seu espaço político.

Em 2006, a área socialista dividiu-se entre a candidatura de Mário Soares (apoiada pela direção do partido) e a candidatura de Manuel Alegre (que decidiu concorrer como independente). O cenário repetiu-se em 2016, com as candidaturas de Sampaio da Nóvoa (que surgiu como uma espécie de candidato «oficioso» da direção do PS) e de Maria de Belém Roseira (numa candidatura suportada pela «ala segura» e apoiada por vários notáveis socialistas, como Vera Jardim, Manuel Alegre, Jorge Coelho ou Francisco Assis). Nas eleições presidenciais de 2021, apesar da candidatura presidencial da eurodeputada socialista Ana Gomes, a direção do PS mais uma vez absteve-se de apoiar qualquer candidato, uma posição controversa que não deixou de ser interpretada, dentro e fora do partido, como uma forma de apoiar, ainda que indiretamente, a reeleição de Marcelo Rebelo de Sousa.



Debate televisivo entre os candidatos à Presidência da República, Marcelo Rebelo de Sousa e Ana Gomes, moderado pelo jornalista Carlos Daniel, nos estúdios da RTP, em Lisboa, a 9 de janeiro de 2021.
© Pedro Pina/RTP/Lusa

Rodeados por jornalistas, Snu Abecassis e Francisco Sá Carneiro dirigem-se para uma assembleia de voto, no dia 5 de outubro de 1980, data das eleições legislativas que deram nova maioria parlamentar à Aliança Democrática.
© Luís Vasconcelos/Lusa



governos de iniciativa presidencial), nenhum executivo conseguiu produzir uma solução política estável que lhe permitisse cumprir integralmente o mandato. Só em 1991, depois de uma expressiva maioria parlamentar alcançada nas eleições legislativas de 1987, o segundo governo liderado por Cavaco Silva conseguiu chegar ao termo da legislatura.

De qualquer modo, e ainda que o ano de 1987 marque uma viragem importante no sentido da estabilidade governativa, até hoje, apenas seis governos não viram o seu mandato interrompido no decorrer da legislatura. O cumprimento integral do mandato ocorreu apenas com os dois governos maioritários de Cavaco Silva, o primeiro governo (minoritário) de António Guterres, o governo maioritário de José Sócrates, o governo de coligação PSD-CDS liderado por Passos Coelho durante os anos da troika e, mais recentemente, o primeiro executivo minoritário de António Costa, que contou com o apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda, BE, PCP e PEV. Desde 1976, todos os outros governos, embora por diferentes razões, caíram antes do

Fernando Monteiro do Amaral, Francisco Pinto Balsemão e Gonçalo Ribeiro Teles no encerramento de um comício da Aliança Democrática, realizado no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, na véspera da primeira greve geral em democracia, convocada para o dia 12 de fevereiro de 1982.
© Manuel Moura/Lusa



tempo. As causas que conduziram à queda dos executivos resultaram da intervenção presidencial (através da demissão do primeiro-ministro ou da dissolução da Assembleia da República), do Parlamento (neste caso por intermédio da rejeição de moção de confiança, da rejeição do programa de governo ou da aprovação de uma moção de censura ao executivo pela oposição) ou, como sucedido várias vezes ao longo da III República, pela resignação do primeiro-ministro. De Mota Pinto a José Sócrates, passando por Pinto Balsemão, António Guterres, Durão Barroso e António Costa, vários chefes de governo apresentaram

a demissão ao presidente da República, arrastando consigo a queda do governo. Apenas uma vez, a queda do governo resultou da morte de um primeiro-ministro (Francisco Sá Carneiro).

Analisando a tabela 2, verificamos que apenas os executivos maioritários de um só partido aparentam ter uma esperança média de vida coincidente com os quatro anos de uma legislatura. Só perante situações excecionais



Reunião do Partido Comunista Português.
Ao fundo, na parede: MARX, ENGELS, LENINE.
Évora, 27 de julho de 1974.
© Guy Le Querrec/Magnum Photos/Fotobanco.pt

PCP começa a perder influência e a sua posição é fortemente abalada com o 25 de Novembro, com as forças à direita a pedirem a sua ilegalização. Aprovada a Constituição de 1976, o PCP adapta-se à nova democracia, procurando assumir-se, nos anos seguintes, como o grande defensor das «conquistas da revolução», nomeadamente da irreversibilidade das nacionalizações e da reforma agrária.

O comportamento assumido pelo PCP durante o gonçalvismo e a sua fidelidade à ortodoxia marxista-leninista levaram a que o partido fosse remetido para uma posição marginal no sistema partidário. Esta marginalização do PCP resultou essencialmente de uma barreira erigida pelo Partido Socialista, que colocou de parte qualquer possibilidade de entendimento com o par-

tido de Álvaro Cunhal. O isolamento do PCP seria reforçado por um conjunto de posições assumidas pelo partido que o afastava de um consenso partidário mais alargado em relação à consolidação de uma democracia liberal. O partido manifestou sempre a sua discordância quanto à adesão de Portugal à CEE e opôs-se às duas primeiras revisões constitucionais, que permitiram «civilizar» a democracia (1982) e «normalizar» a constituição económica e social (1989). Tal como em 1975, o modelo de democracia continuava a ser outro e o PS teve de negociar com a direita parlamentar. De certa forma, pelo menos até ao final dos anos 80 (mais concretamente à revisão programática de 1988), o PCP mantém uma relação algo ambígua com o novo regime democrático.

Ao longo da democracia portuguesa, o PCP foi o partido com maior enraizamento social, maior estabilidade ao nível da liderança e, também, o que menos oscilações conheceu nas suas orientações programáticas. Nenhum partido português alguma vez atingiu os níveis de militância alcançados pelo PCP nos anos 80. E o mesmo é válido para os níveis de «integração social» (rácio filiados-eleitores), um indicador utilizado para medir a capacidade revelada pelos partidos em converter eleitores em militantes. De igual modo, nenhum outro partido conseguiu desenvolver com organizações exteriores uma relação idêntica àquela que o PCP estabeleceu com a CGTP, a principal confederação sindical portuguesa. Alguns destes traços organizativos permitiram ao PCP aproximar-se do modelo de partido de massas tradicional.

Marcelo Rebelo de Sousa, ladeado por Leonor Bezeira e Paulo Portas, no encerramento do primeiro comício da Aliança Democrática, que se realizou em Viseu, em março de 1999.
© Paulo Novais/Lusa



duas maiorias absolutas monopartidárias. Durante uma grande parte dos anos 90, o partido continuou a viver à sombra do legado político de Cavaco.

Os primeiros anos do século XXI, porém, vão registar algumas mudanças importantes no PSD. Os estudos têm apontado para uma «emancipação» programática do PSD em relação à social-democracia a partir da liderança



Francisco Lucas Pires, vice-presidente do CDS e ministro da Cultura no terceiro (e último) governo da AD, à conversa com Marcelo Rebelo de Sousa, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.
© Manuel Moura/Lusa

de Durão Barroso. Com efeito, desde então, o partido passou a assumir um conjunto de posições mais liberais e conservadoras em relação à intervenção do Estado na economia, no domínio do Estado social e, também, em matéria de valores e costumes. Uma deslocação para a direita posteriormente acentuada com a liderança de Pedro Passos Coelho (2010-2017), o segundo líder mais duradouro na história do PSD.

Durante os primeiros anos, o PSD tentou integrar a Internacional Socialista (e só não conseguiu porque Mário Soares logrou vetar essa adesão junto dos seus parceiros europeus). Depois disso, após um tempo a procurar capitalizar o seu isolamento internacional, apresentando-se como o partido «mais português» de Portugal, no final dos anos 70, o PSD passou a integrar a família dos partidos liberais. No entanto, durante a liderança de Marcelo Rebelo de Sousa, e com o contributo de Lucas Pires, o PSD aderiu ao Partido Popular Europeu (PPE), a família que agrega os partidos democratas-cristãos e conservadores europeus. Nenhum dos líderes seguintes, nem mesmo aqueles que procuraram ressuscitar a pureza social-democrata, alguma vez colocou em causa o alinhamento internacional do PSD com a direita europeia.

Da mesma forma, quando consideramos os estudos empíricos sobre o posicionamento do PSD na escala esquerda-direita, seja no caso dos inquéritos aplicados aos eleitores, seja nos inquéritos ministrados junto de especialistas, o partido surge posicionado consistentemente no centro-direita, entre o PS e o CDS. Certamente houve períodos em que a distância programática



6

A Memória do Autoritarismo e da Revolução

O Quartel do Carmo, em Lisboa, onde se refugiou o último primeiro-ministro da ditadura, Marcelo Caetano, a 25 de Abril de 1974.
© Xavier Dealbert/Alamy Stock Photo/
/Fotobanco.pt

exemplo da primeira democracia republicana pós-revolucionária da Europa, a França, líder mundial na educação para a cidadania».

Tentativas de compensar os ativistas que lutaram contra a ditadura também foram feitas a partir da década de 1970, embora algumas das propostas não tenham recebido inicialmente aprovação parlamentar. Os opositores à ditadura tiveram de esperar até 1997 pela introdução de legislação de um governo do PS que lhes permitia pedir contagens de tempo de serviço na Segurança Social e de pensões de reforma pelos anos em que permaneceram clandestinos ou no exílio.

A dificuldade em abordar o período inicial da transição na «memória institucional» esteve ainda muito presente até à viragem do século. Exemplo disso foi a exposição oficial, patrocinada pelo presidente Jorge Sampaio e pelo governo socialista de António Guterres, que celebrou os 25 anos da democracia portuguesa. A exposição destinava-se tanto a estudantes como ao público em geral. Milhares de visitantes percorreram as passagens escuras do salazarismo, as câmaras de tortura da polícia política e os corredores repletos de fotografias de presos políticos, enquanto se celebravam figuras da oposição e da imprensa pró-democrática. Havia um corredor ameaçador dedicado à guerra colonial, que terminava numa área bem iluminada celebrando a queda da ditadura. Significativamente, a exposição terminou onde a democracia começou. Omitiu-se o período turbulento dos primeiros anos da transição, representado simbolicamente por painéis temáticos que retratavam o processo de mudança social e política ocorrido durante os 25



Programa do Movimento das Forças Armadas, de 1974.
© Biblioteca Nacional de Portugal

anos após a queda do regime salazarista. Teria sido muito difícil para uma exposição oficial lidar com o período de transição, dado o seu legado.

Como é que a sociedade portuguesa contemporânea percecionou o passado autoritário e a transição para a democracia? Em Portugal, embora existam muito poucas sondagens que o apoiem, a coexistência da avaliação do 25 de Abril de 1974 como uma rutura positiva com o passado e a desconfiança nas instituições democráticas parecem estar muito presentes. No âmbito das comemorações do 30.º aniversário da democracia em 2004, foram encomendadas várias sondagens de opinião sobre a natureza da transição do país. Dos inquiridos nas sondagens, 77% declararam-se orgulhosos pela forma como decorreu a transição, enquanto a maioria dos portugueses creditava que o golpe de Estado de 25 de abril de 1974 foi o acontecimento mais importante da História do país. Alguma discordância era evidente quando as respostas são divididas por opção de voto, com aqueles da direita política mais propensos a acreditar que a adesão à União Europeia ou a independência de Espanha no século XVII foram eventos mais significativos. O Estado Novo era visto negativamente, enquanto o 25 de Abril era visto positivamente, com uma minoria de, respetivamente, 17% e 14% a acreditar que a ditadura foi uma coisa boa e o 25 de Abril uma coisa má.

As clivagens de 1975 continuavam presentes na sociedade portuguesa no início do século XXI. Com a exceção parcial dos votantes do PCP, a resposta é que não. Se se percebe que a Constituição de 1976 refletiu o domínio



O presidente da República, Mário Soares, acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, passa revista à guarda de honra ao chegar aos Paços do Concelho para presidir às comemorações do 10 de Junho, Dia de Portugal, em 1992.
© António Cotrim/Lusa

esmagador da esquerda sobre o processo de transição, as revisões subsequentes da Constituição refletiram a influência da direita. O fim do império, a consolidação democrática e a adesão à UE serviram para encerrar muitas das clivagens causadas pela transição.

A democracia parecia ser o tipo de regime preferido por 72% dos portugueses, independentemente da sua idade ou convicções políticas. Os

acontecimentos do 25 de Abril eram positivamente associados à melhoria do nível de vida geral da população, com 68% dos portugueses a acreditarem que Portugal é um lugar melhor por causa da transição para a democracia. No entanto, estas mesmas sondagens indicavam que os portugueses têm uma baixa opinião sobre o funcionamento e a «qualidade» da sua democracia. Estudos comparativos mostram que, de todos os países europeus, os portugueses tinham um dos mais baixos níveis de confiança no seu sistema de governo.

Até ao início do século XXI, a sociedade portuguesa teve pouco mais do que esporádicos debates públicos, iniciativas parlamentares e «erupções de memória» no seio da sociedade civil sobre o passado autoritário. Alguns

episódios trouxeram o passado de volta à esfera pública – uma entrevista secreta em Lisboa com um antigo inspetor da PIDE que tinha sido julgado e condenado à revelia; uma pensão concedida a um antigo funcionário da polícia política por «serviços à nação»; e um programa de televisão em que o antigo ditador foi apontado como o maior português do século XX. No entanto, não deixa de ser verdade que nenhum destes episódios foi particularmente divisivo na sociedade portuguesa. Já o mesmo não se pode dizer sobre o passado colonial e das guerras coloniais da ditadura.

Uma das características das «políticas de memória» da democracia portuguesa foi a contradição entre uma atitude de rutura denunciadora da ditadura em 1974-1975 e um «desaparecimento memorial» da guerra colonial e do colonialismo durante os anos de consolidação democrática. A contradição é em parte explicada pelo facto de os atores centrais do 25 de Abril de 1974 serem também os atores da resistência militar à descolonização. Houve assim um «ajuste de contas» com o passado ditatorial mas não com a parte colonial do mesmo, sobrevivendo no discurso político e nas instituições um difuso excecionalismo lusotropicalista.

A descolonização e a opção pró-europeísta provocaram uma produção ideológica significativa por parte de certos segmentos das elites intelectuais, muito embora a por vezes anunciada «crise de identidade» nunca tenha emergido de forma palpável. Após uma fase de recriminações variadas, sobretudo por parte de setores conservadores, bem patente na abundante produção de críticas à descolonização na segunda metade dos anos 70,